

PORTARIA Nº 02, DE 27 DE JANEIRO DE 2026

“Sobrestamentos referentes aos processos de restituição de verbas previdenciárias das Leis Municipais Complementares 162/2020 e 167/2021.”

O Diretor-Geral do IMP subscritor do presente ato administrativo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 201/2023, especialmente à prevista em seu art. 102, inciso VIII; e, CONSIDERANDO que:

I – O Estado de Direito impõe ao Poder Público dever de observância da legalidade e, consequentemente, do devido processo legal;

II – O ato administrativo representa a exteriorização da vontade estatal, observada a formalidade exigida em lei;

III – A Administração Pública, na elaboração do ato administrativo, deve submissão ao princípio da formalidade moderada;

IV – A necessária autuação de requerimentos e manifestações governamentais;

V – O excessivo número de processos judiciais em curso cujo objeto é o questionamento acerca da constitucionalidade ou não das Leis Complementares Municipais 162/2020 e 167/2021, sobretudo da forma de cobrança da contribuição previdenciária dos servidores ativos por elas instituída;

VI – O sobrestamento dos procedimentos administrativos análogos, até a decisão final do Poder Judiciário nos processos judiciais em trâmite, não causará nenhum prejuízo aos requerentes, tendo em conta que o pedido de restituição de descontos indevidos, na esfera administrativa, deflagra a suspensão do curso do prazo prescricional, a teor do art. 4º do Decreto-Lei nº. 20.910/32;

VII – Referido sobrestamento, inclusive, protegerá os cofres públicos, evitando-se o ajuizamento de um sem número de ações judiciais em face do IMP; e

VIII – A Diretoria-Geral, em observância aos princípios da segurança jurídica, da razoabilidade, da isonomia, da economia e da eficiência, se compromete a adotar, nos procedimentos administrativos ora sobrestados, o entendimento judicial ainda a ser firmado (após o trânsito em julgado) acerca do tema, salvo se houver alguma peculiaridade em alguns deles que assim o impeça, tal qual o recebimento de abono de permanência pelo servidor durante o período de vigência das respectivas legislações impugnadas.

RESOLVE, na forma dos artigos 102 a 106 da Lei Complementar nº 201/2023:

Art. 1º Determinar o sobrestamento do trâmite de todos os processos administrativos referentes aos pedidos de restituição de desconto previdenciário ocorrido com base nas normativas das Leis Complementares Municipais 162/2020 e 167/2021.

Art. 2º O sobrestamento de que trata esta Portaria durará até o julgamento final das ações judiciais que versam sobre o tema (repetição do indébito).

Parágrafo único. Durante o período de sobrestamento, não correrá nenhum prazo para manifestação, seja da Administração Pública, seja do interessado, no âmbito dos referidos processos administrativos.

Art. 3º Após a comunicação, pela Procuradoria-Geral do Município, da existência de certificação do trânsito em julgado nas ações judiciais que versam sobre o tema objeto desta Portaria, os processos administrativos ora sobrestados voltarão a tramitar, com a automática e imediata retomada da contagem dos prazos processuais remanescentes, independentemente de nova notificação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, 27 de janeiro de 2026.

Helton José Tavares da Cunha
Diretor-Geral do IMP
Matrícula 122-7

